

Residência Pedagógica espelhada na Residência Médica: formação de professores sob nova perspectiva?

Mirrored Pedagogical Residence in the Medical Residence: teacher training about new perspective?

Eduard Angelo Bendrath, Jaqueline Rocha dos Reis

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Campus Regional do Vale do Ivaí, Ivaiporã, Brasil

HISTÓRICO DO ARTIGO

Recebido: 24 fevereiro 2021

Revisado: 29 abril 2021

Aprovado: 06 maio 2021

PALAVRAS-CHAVE:

Formação Profissional;
Educação Física; Medicina.

KEYWORDS:

Professional Formation; Physical
Education; Medicine.

RESUMO

INTRODUÇÃO: O programa de Residência Pedagógica é um modelo de formação profissional para cursos de licenciatura, sendo um programa integrado a Política Nacional de Formação de Professores, cujo intuito está no aperfeiçoamento prático por meio da inserção do acadêmico no ambiente escolar. Este programa surgiu com inspiração na Residência Médica, sendo esta uma modalidade de ensino de pós-graduação destinada a médicos já graduados, como forma de especialização clínica.

OBJETIVO: Analisar as aproximações e distanciamentos entre o programa na área da Educação Física em relação ao programa da área médica a partir da percepção de coordenadores das áreas de uma universidade pública do Paraná.

MÉTODOS: A pesquisa é caracterizada como de abordagem qualitativa, com foco no estudo de caso. Foram entrevistados 4 coordenadores de curso e de programa de residência vinculados aos cursos de Medicina e Educação Física. A análise dos dados foi baseada no princípio de categorização temática com foco na análise de conteúdo.

RESULTADOS: Os resultados mostram que há diferenças significativas entre as propostas, tendo a residência médica uma formação em nível de pós-graduação enquanto a residência pedagógica uma formação inicial, isso reflete as definições estruturais e conceituais sobre a forma de inserção de tais modelos formativos no ambiente de atuação profissional.

CONCLUSÃO: Conclui-se que o propósito de formação em licenciatura com base em modelos de residência profissional possibilitam novas experiências e caminhos, mas que ainda estão distantes do modelo ofertado na área médica.

ABSTRACT

BACKGROUND: The Pedagogical Residency program is a model of professional training for undergraduate courses, being an integrated program the National Policy of Teacher Training, whose purpose is in practical improvement through the insertion of the academic in the school environment. This program was inspired by the Medical Residency, which is a graduate teaching modality for physicians already graduated, as a form of clinical specialization.

OBJECTIVE: To analyze the approximations and distances between the program in the area of Physical Education in relation to the medical program in a public university in Paraná.

METHODS: The research is characterized as qualitative, focusing on the case study. Four coordinators of courses and residency programs linked to medical and physical education courses were interviewed. Data analysis was based on the principle of thematic categorization with a focus on content analysis.

RESULTS: The results show that there are significant differences between the proposals, with medical residency training at the graduate level while the pedagogical residency is an initial formation, this reflects the structural and conceptual definitions on the way of insertion of such formative models in the professional environment.

CONCLUSION: It is concluded that the purpose of teacher training based on professional residency models enables new experiences and paths, but which are still distant from the model offered in the medical area.

INTRODUÇÃO

O programa de Residência Pedagógica (RP) integra a Política Nacional de Formação de Professores, o qual é coordenado pela CAPES (órgão vinculado ao Ministério da Educação) e tem por objetivo o aperfeiçoamento da formação dos discentes de cursos de licenciatura por meio do vínculo teórico-prático.

O programa insere os residentes em escolas-campos, tendo contato direto com o ambiente de trabalho profissional, estando em convívio diário com os alunos e com o corpo docente das escolas, no qual se traduz para o campo prático o conhecimento advindo da teoria, buscando neste meio adquirir experiências e enfrentar os desafios que cercam a profissão, adquirindo assim autonomia e conhecimento sobre a área da futura atuação.

O programa de Residência Pedagógica surgiu como proposta do Senador Blairo Maggi, inspirado no Projeto de Lei PLS nº 227/2007 de Residência Docente. Segundo Faria e Diniz-Pereira (2019), baseando-se nas suas leituras sobre o referido projeto de Lei, a inspiração pelo modelo médico ocorreu dado que é reconhecida a importância de que os médicos possuem, no período imediatamente seguinte ao da diplomação, a uma “intensa prática” junto a profissionais já experientes, em hospitais e outras instituições de saúde, quando não somente são testados os conhecimentos adquiridos como se assimilam novas habilidades exigidas pelos problemas do cotidiano e pelos avanços contínuos da ciência. Contudo, o nível de formação e a etapa de inserção, segundo os autores, pode ser motivo de preocupação com a proposta, uma vez que o modelo é inspirado na residência médica, mas não considera que a residência pedagógica seja mais um degrau na carreira do professor.

De acordo com a CAPES (2018) o objetivo da RP é a implementação de projetos inovadores que estimulem articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica. Ainda, de acordo com o órgão, a ampliação das discussões formativas, o acesso ao ambiente profissional, a vivência de práticas e saberes constituídos no seio da sala de aula, e um acompanhamento sistemático de duplo sentido, pela escola via supervisão do preceptor, e pela universidade via acompanhamento do professor coordenador, pode possibilitar uma formação docente mais coerente com a realidade das escolas públicas brasileiras. Por se tratar de um programa de ensino ainda não consolidado enquanto política educacional, esse se configura como elemento opcional para as redes públicas de ensino e para as universidades, sendo que a participação desses atores acontece após seleção pública das propostas e respectiva habilitação pela CAPES.

Em seu contexto, a proposta do programa tenta reduzir as lacunas existentes na formação docente, especialmente quando observada a relação dicotômica entre teoria e prática. Dessa forma a participação direta da universidade no contexto escolar, envolvendo diversos atores no ato formativo caminha para reconfigurar o modelo de formação de professores tal qual já preconizava Carlos Macedo Garcia. Para o autor, a formação do professor precisa ser evolutiva e contínua em um caráter de aperfeiçoamento coletivo, e não individual, nas questões contextuais e organizacionais de ensino (GARCIA, 1997). Dessa forma, o envolvimento direto dos futuros professores em um universo com dinâmica própria e com uma realidade objetiva (escola) aproxima ainda mais o entendimento do fundamento

teórico a partir de sua própria vivência prática. De acordo com Tardif (2012), a lógica do currículo universitário fragmentado e com foco na especificidade reflete em um saber e fazer distintos e desconectados.

Assim, compreender a formação de professores vai muito além de apenas observar os indicadores de qualidade dos cursos superiores de licenciatura, o “tornar-se professor” – para nos servirmos do célebre título de Carl Rogers, Tornar-se pessoa – obriga a refletir sobre as dimensões pessoais, mas também sobre as dimensões coletivas do professorado (NÓVOA, 2019, p. 6).

O Programa de Residência Médica (RM), por sua vez, é um programa destinado a médicos já graduados, em que por meio de estágio prático visa inserir os residentes em instituições de saúde para sua formação em nível de especialidade médica. Neste programa as atividades realizadas são remuneradas e os residentes atuam sob a orientação de médicos especialistas (preceptores) que tem como responsabilidade supervisionar e auxiliar o residente na busca de melhores soluções para determinadas situações enfrentadas no que tange o saber profissional, sendo grande a importância do preceptor como educador, oferecendo ao aprendiz, ambientes que lhe permitam construir e reconstruir conhecimentos (BOTTI; REGO, 2011, p. 65).

A RM concilia teoria e prática, em que surge como forma de amenizar algumas deficiências e complementar a formação acadêmica, possibilitando a especialização em contato direto com a realidade da profissão nas instituições de saúde, proporcionando assim a criação do perfil ético e profissional dos residentes.

Entretanto, apesar de terem propostas de prática no campo de atuação, estes programas podem divergir em alguns aspectos, visto que o programa Residência Pedagógica trabalha em conjunto com o curso de graduação servindo como complemento à graduação e não como pós-graduação como na Residência Médica, sendo possível somente após a conclusão da graduação médica.

A Residência Médica é um programa de pós-graduação que visa a especialização profissional, sendo as atividades realizadas pelos residentes remuneradas.

A Residência médica é um modelo educacional, em nível de pós-graduação, no qual os aprendizes aprofundam conhecimentos e melhoram habilidades e atitudes; ou seja, desenvolvem competências específicas para um melhor cuidado (MICHEL; OLIVEIRA; NUNES, 2011, p. 7).

Já o programa de Residência Pedagógica, diferente da Residência Médica trabalha em conjunto com o curso de graduação no qual os residentes são inseridos no programa a partir da 2ª metade do curso de licenciatura. O programa também remunera os residentes com uma bolsa de estudos e visa a integração, ampliação, fortalecimento e consolidação das IES, dos estudantes e das escolas públicas participantes.

Também traz como objetivo a reformulação do estágio supervisionado e ainda ocasionar a adequação dos conteúdos curriculares e das propostas pedagógicas de acordo com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Os estudantes inseridos nas escolas têm convívio direto com os alunos, por meio desse contato é que os residentes adquirem experiências, sendo este considerado um avanço no modelo de aprendizagem, pois, desse modo ele irá sentir e “colocar em prática” o conhecimento

adquirido em sala e aprender a enfrentar os desafios a fim de superá-los, proporcionando o desenvolvimento de sua autonomia através da criação de estratégias didáticas.

Segundo Silva e Cruz (2018, p. 239) o Programa de Residência Pedagógica visa induzir a forma e o conteúdo das atividades e reflexões sobre o trabalho docente verticalizados em duas ações: i) vincular as ações de estágio relacionadas as aprendizagens dispostos na BNCC; ii) enfatizar atividades práticas, entendidas como imersão na sala de aula centrando o ato pedagógico no fazer metodológico-curricular.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho é analisar a concepção dos dois modelos de formação com vistas a compreender as similaridades e distanciamentos no conjunto da formação profissional a partir da visão de coordenadores das áreas de uma universidade pública.

MÉTODOS

A pesquisa é um estudo de caso, o qual foi realizado em uma universidade pública do Paraná, buscando nesta instituição verificar como são realizados os programas de residência na graduação em Medicina e na Educação Física.

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o seu como e os seus “porquês”, evidenciando sua unidade e entidade e identidade próprias. É uma investigação que assume como particularista, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico (FONSECA, 2002, p. 33).

Para tanto, a amostra foi constituída por quatro coordenadores, sendo eles um coordenador do Programa de Residência Médica, um coordenador da Residência Pedagógica em Educação Física, um coordenador do curso de Medicina e um coordenador de curso da Educação Física, escolhidos por meio do procedimento de seleção amostral intencional (Quadro 1). A seleção de amostras intencionais ou por julgamento são realizadas de acordo com o julgamento do pesquisador, realizada quando é necessário incluir um pequeno número de unidades na amostra a partir de interesses específicos (OLIVEIRA, 2001).

Com o intuito de garantir o anonimato dos entrevistados, cada coordenador é referido por uma sigla, de acordo com o quadro abaixo.

Quadro 1. Caracterização e sigla dos participantes do estudo.

Entrevistado	Sigla
Coordenador Residência Pedagógica em Educação Física	CRP
Coordenador de Curso Graduação em Educação Física - Licenciatura	CEF
Coordenador Residência Médica	CRM
Coordenador de Curso Graduação em Medicina	CM

Para a obtenção dos dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada por esta ser um instrumento flexível, confiável e prático no contexto do estudo. A entrevista semiestruturada para Triviños (1987), além de valorizar a presença do investi-

gador fornece também a possibilidade de alcance da liberdade e da espontaneidade que enriquece a investigação. A pesquisa seguiu todos os protocolos exigidos na Resolução n° 510/2016-CNS sobre pesquisa na área de ciências humanas e sociais.

Para a análise dos dados coletados optou-se pela utilização da técnica de análise de conteúdo. Bardin (1977) se refere à análise de conteúdo como um conjunto de instrumentos metodológicos que se aperfeiçoa constantemente e que se aplica a discursos diversificados, sendo para a mesma autora um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977).

A categorização das perguntas foi realizada a priori, em que as perguntas foram agrupadas em duas categorias centrais, a saber: 1 - Formação Profissional, 2 - Estrutura e Organização da Residência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Formação Profissional

Entende-se por formação profissional, na visão de Goes e Pilatti (2012), como um aprendizado integral e constante do trabalhador, ao qual faz o elo entre a sala de aula e os ambientes de convivência, em que é neste ambiente que irá colocar em prática o seu aprendizado. As residências buscam essa formação profissional, trazendo a relação do que o residente aprendeu em sala e a experiência adquirida em campo, no exercício cotidiano.

As residências estão presentes em diferentes momentos da formação de acordo com cada curso, sendo para os cursos de licenciaturas inseridas como complemento a graduação, ao qual promove a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso (CAPES, 2018) e no curso de medicina, a residência é, constituída como modalidade de ensino de pós-graduação, destinada a médicos, sob a forma de cursos de especialização (COREME, 1981), ou seja, este programa é destinado a profissionais já graduados em medicina de acordo com o art. 44 da LDB/96.

E esse já é um dos principais pontos divergentes entre os modelos e já claro na concepção sobre formação dos coordenadores do curso de Educação Física.

“Essa é uma grande diferença, então, porque ele é um programa de formação inicial e não de capacitação docente, entendeu, a residência médica é uma capacitação ele já é doutor, ele já é médico, doutor, ele já é formado, então se acontecer qualquer problema com o paciente quem responde? Ele que responde”. (CRP)

Apesar disso, a CRP em Educação Física acredita que há algo em comum entre elas. Em seu entendimento a principal semelhança entre as residências é o fato de inserir o residente no campo de desenvolvimento da área, “eu vejo que essa semelhança se dá muito mais na relação do profissional com o que ele vai trabalhar” (CRP), em que ambas buscam o aprendizado do residente no campo prático da área.

Essa fala ilustra alguns apontamentos que podemos observar em estudos da área, a necessidade de contato direto com o

ambiente profissional docente e o saber fazer prático em contraposição ao saber teorizado, tal qual Poladian (2014) apresenta. Programas anteriores como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), também gerenciado pela CAPES, já trazia de forma embrionária a tentativa de estreitar laços entre universidades e escolas públicas. Segundo Rachadel et al. (2019, p. 80) essas experiências positivas durante a formação inicial devem ser contempladas na vida acadêmica do estudante no processo de formação inicial

A Residência Pedagógica em Educação Física, busca a interação teórico-prática para que o residente conheça o desenvolvimento da educação física no ambiente escolar, visto que alguns conhecimentos vão além da prática e da teoria, já que são determinados por contextos históricos, sociais e até mesmo institucionais (POLADIAN, 2014, p. 33). Esse ponto é reforçado na fala dos coordenadores da Educação Física.

“Muitas vezes durante a nossa formação, temos todo o repertório de disciplinas na formação e aí quando vai para o campo, quando vai trabalhar, acabamos sentindo uma dificuldade de se relacionar com esse campo, seja na perspectiva da licenciatura ou do bacharelado. Você ter o conteúdo ali é uma coisa, quando você vai pra prática é outra”. (CEF)

Segundo Nóvoa (2019) novas visões sobre a formação docente devem ser levadas em consideração no atual contexto da sociedade. Segundo o autor, não se trata de convocar apenas as questões práticas ou a preparação profissional, no sentido técnico ou aplicado, mas de compreender a complexidade da profissão em todas as suas dimensões, fatores esses que estariam imbricados no processo de formação da Residência Pedagógica.

A Residência Pedagógica busca a melhor formação do futuro professor, na prática em ambiente escolar, ou seja, na própria vivência da profissão, para que o residente adquira conhecimentos relacionando em ambos os espaços formativos, escola e IES (Instituições de ensino Superior), em contraponto a residência médica representa mais que uma busca de aperfeiçoamento da competência profissional adquirida na escola, o residente busca a especialização em uma área específica, por meio de treinamento em serviço, entre outras (BOTTI; REGO, 2010). Experiências anteriores de cursos de Educação Física em ambientes de Residência Multiprofissional na área da saúde mostram que há possibilidade de inserção desse modelo formativo como forma de redução da dicotomia teoria e prática na formação. Segundo Silva e Queiroga (2020), esse modelo sugere uma alternativa de estímulo na aproximação entre ciência e prática dos profissionais de Educação Física.

Para os coordenadores da área médica a residência vem para qualificar o profissional já formado, advindo de uma formação generalizada em nível de graduação. A diferença entre um contexto de formação generalista (Residência Pedagógica) e uma formação especializada (Residência Médica), fica nítida na fala dos coordenadores da medicina, que asseveram que:

“[...] hoje é impossível um médico atuar com segurança com responsabilidade em todas as áreas da medicina, então é normal que o médico busque uma especialização em uma área específica e pra isso ele precisa ter uma formação continuada após a sua graduação”. (CM)

“Ele não contribui de uma forma inicial, ele é o fim, ele contribui qualificando-a o profissional na especialidade que ele prestou concurso e passou, então ela é um fim em si mesma [...] ela qualifica o médico recém-formado na especialidade médica que ele escolheu,

fez o concurso e passou, então ela qualifica o médico para exercer uma especialidade, isso que é função da Residência Médica”. (CRM)

Com o intuito de qualificar o graduando, a residência médica busca aperfeiçoar esta formação, em que o residente escolhe a área na qual se tem interesse em se especializar. No entanto, apesar de se apresentarem em níveis diferentes, a formação profissional em ambas as residências são pensadas em ambiente prático. Para Horii (2013), essa é uma relação existente, pois estas tratam de profissionais em serviço, ou seja, dentro de uma realidade presente (residente no hospital e professor na sala de aula).

Nesse sentido a importância de ter o contato com a futura área de atuação na visão dos Coordenadores da área da Educação Física é vital no contexto formativo.

“A residência pedagógica oportuniza conhecer a especificidade da escola, permitir que o sujeito que está em processo de formação tenha um contato com a realidade daquela escola”. (CRP)

“A presença do programa de Residência Pedagógica permite com que o aluno já durante, no meio do curso, ele comece a ter contato com o contexto escolar, com os docentes, com os alunos, então tudo isso faz com que ele já vá conhecendo um pouco esse campo e perceba que o local onde ele vai atuar se dá daquela maneira”. (CEF)

A relação do residente com o meio permite aos mesmos adquirir conhecimentos por meio das experiências, denominados por Tardif (2012) como saberes experienciais, os quais são provenientes do exercício profissional, em que por meio da prática cotidiana nascem e são validadas por ela, através das relações e situações como ambiente (seja o espaço físico ou as relações humanas). Sendo esta relação tratada como um ponto positivo na residência pedagógica.

Essa identidade profissional se constrói de acordo com a significação social da profissão, em que para Pimenta (1997) afirma que se constrói na revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão das tradições. Como, também, da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas, tal qual nos aponta o CRP:

“[...] isso vai se dar principalmente na configuração e da identificação profissional. Tem alguns estudos que vão falar sobre essa necessidade, qual a identidade profissional deste professor que está saindo do curso de Educação Física no campo pedagógico, então a grande relação, importância é a construção efetiva, é de uma identificação profissional”. (CRP)

Apesar das residências serem programas em níveis distintos, ambas buscam o ensino e aprendizagem em ambiente real, ou seja, em escolas campo, buscando estimular os residentes para além da racionalidade técnica. Para Tardif (2012) é meio da prática profissional que o professor adquire experiências e desenvolve suas competências profissionais, por meio do contato com os alunos, com o preceptor, e outros meandros que envolvem a prática escolar. De acordo com o Coordenador da Residência Pedagógica na universidade “[...] residente pedagógico é um sujeito que está no mesmo espaço de tempo enquanto sujeito que promove aprendizagem mais que ao mesmo tempo é o aprendiz, eu ensino enquanto aprendo e eu aprendo enquanto ensino, uma lógica bem simples”.

Sendo assim, o residente se desenvolve na atuação na prática dentro da realidade escolar, estando neste meio como fu-

turo professor. Em contraponto, para o coordenador de curso da medicina, a residência médica ao ser encarada como senso *stricto* e ocasionar o que ele denomina de dupla titulação acaba fazendo com que não se mantenha a objetividade no processo formativo.

“[...] no Brasil nós temos vários programas de Residência Médica onde o aluno segue uma dupla titulação, ele faz uma residência médica, ele sai com título de especialista reconhecido pelo Conselho Nacional de Residência Médica e ele sai com título de mestrado acadêmico ou mestrado profissional e eu acho que essa tentativa de dupla titulação ela busca abreviar a formação do profissional. Mas eu acho que tanto a Residência Médica quanto o mestrado tem objetivo distintos e talvez tentar desenvolvê-los ao mesmo tempo pode prejudicar o alcance do objetivo dos dois programas”. (CM)

Além destes, outro ponto negativo relatado pelo CM foi a questão do residente passar a ser usado como mão de obra para os hospitais e até mesmo de preceptores.

“A grande preocupação que eu tenho em relação ao programa de residência médica é que ele sirva como uma matéria prima, uma mão de obra para os hospitais, então gente desfoca da formação do profissional que tá em especialização e a gente passa a encarar ele como parte da força de trabalho do hospital [...] uma outra preocupação que eu tenho com os programas de Residência Médica é que na medida que os especializando vão ganhando experiência eles passam a ser usados como preceptores dos especializados mais jovens”. (CM)

O contexto geral da categoria indica claramente que os coordenadores da área da Educação Física entendem que a principal vantagem do programa reside na possibilidade concreta de acesso e contato prático com o campo de trabalho, enquanto os coordenadores de medicina creditam a especialização técnica e teórica como fator decisório na atuação médica nos dias atuais (Quadro 2).

Quadro 2. Aspectos positivos e negativos da formação profissional com base na residência Pedagógica.

Aspectos Considerados	Residência Pedagógica	Residência Médica
Positivos	Vivência da profissão; Obtenção de experiência; Relação com o corpo docente, alunos e comunidade; Identificação Profissional.	Aperfeiçoamento da formação/qualificação profissional; Acompanhamento das atividades hospitalares; Aprendizado com preceptor qualificado.
Negativos	Falta de Especificidade; Rigidez no edital – N° de bolsas.	Rigidez no edital – Carga Horária; Dupla titulação; Preocupação com a mão de obra.
Semelhanças entre os aspectos	Inserção na área de futura atuação; Presença do preceptor.	

Fonte: Autores, 2020.

Estrutura e Organização das residências

As residências são coordenadas por órgãos distintos, sendo a Residência Pedagógica coordenada por um órgão vinculado ao Ministério da Educação, CAPES, sendo responsável pela coordenação das residências em cursos de licenciatura (Quadro 3). Segundo Freitas, Freitas e Almeida (2020) a RP possui regime de colaboração efetivado por meio de formalização de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre o Governo Federal, mediado pela CAPES e os estados, por intermédio das secreta-

rias de educação dos estados ou órgão equivalente.

Por outro lado, a Residência Médica, possui um órgão específico para a área, sendo coordenada por meio da CNRM, tendo-a como instância maior, porém dentro das instituições de ensino, a comissão responsável é a COREME.

Quadro 3. Características da estrutura e organização das Residências pedagógicas e Residência Médica.

Características	Residência Pedagógica	Residência Médica
Instituição Responsável	CAPES	COREME
Carga horária	440 HORAS	2.800 a 3.200 HORAS
Atuação prática	Mínimo de 100 horas regência	80% em prática médica (2.240 a 2.560 horas)
Prazo de conclusão	18 meses	Entre 24 e 36 meses
Remuneração Residente	R\$ 400,00	R\$ 3.330,43

Fonte: Autores, 2020.

A CAPES é o órgão responsável pela gestão da residência pedagógica nos cursos de licenciatura, porém este órgão não é responsável apenas pela Residência Pedagógica na Educação Física, abrangendo residências em outras áreas das licenciaturas. A Residência Médica possui um órgão próprio, intitulado COREME, sendo ela uma instância auxiliar da CNRM que é responsável por todas as burocracias referentes ao programa, dentre as atribuições encarregadas a esta instância está a responsabilidade de planejar a criação de novos programas de Residência Médica, contendo o seu conteúdo programático e o número de vagas a ser oferecidas, além de coordenar e supervisionar execução do processo seletivo, avaliar o funcionamento do programa (CNRM, 2013).

Para o CM a definição burocrática de funcionamento da Residência Médica fica a cargo do COREME, segundo ele:

“COREME se reúne periodicamente, todo mês eles se reúnem com as COREMES regionais, cada estado tem a sua COREME também que representa lá em Brasília os estados e eles dão os nortes do que a gente segue em termos disso, em termos acadêmicos, em termos de horário, em termos de, por exemplo, se o residente morre um familiar quanto tempo ele tem de férias é a COREME nacional que define, as férias mesmo anuais e a programação, a programação que é como eu disse pra você no início 80% no mínimo 80% da programação deles em trabalho supervisionado mais trabalho”. (CM)

Já para o CRM a definição da divisão entre teoria e prática na atuação da residência médica é claro nas orientações do órgão. Ele informa que 20 horas é o máximo de teórico-científico nessa etapa de aprendizado, sendo o restante todo vinculado as atividades práticas de atendimento.

Referente a concessão de bolsas, estas são de responsabilidade da instituição que oferece a RM respeitando as vagas credenciadas pela Comissão Nacional de residência Médica (CNRM, 2007).

A RM é desenvolvida com carga horária prática de 80 a 90% sob a forma de treinamento em serviço e 10 a 20% em atividades teórico-complementares (UEM, 2012), em que se pretende neste ambiente profissional aprimorar habilidades técnicas, o raciocínio clínico e a capacidade de tomar decisões, além de estimular a capacidade crítica e de aprendizagem independente (BRASIL, 1979).

Esta relação da porcentagem de forma geral na RM é muito

maior que na RP, em que se deve cumprir 440 horas, porém destas no mínimo 100 horas de regências, visto que a residência se dá pelo treinamento em serviço, este percentual é baixo, pois este é a forma de atuação do residente como futuro profissional, ou seja, se o residente médico para a sua qualificação atua com 80% de forma prática, compondo a força de trabalho no hospital, pois é essa atuação que vai qualificá-lo, na RP por sua vez a prática possui menor carga horária a se cumprir.

Na Residência Médica, com vista ao desenvolvimento das capacidades e habilidades dos residentes no ambiente da prática profissional, a COREME tem por responsabilidade coordenar e supervisionar o processo seletivo da residência médica, elaborar e revisar o seu regimento interno e regulamento, dentre outras (CNRM, 2013). Portanto há a estruturação dos conteúdos como relata os coordenadores da área médica.

“Para cada especialidade a COREME nacional também definiu os conteúdos, carga horária [...] o conteúdo programático ele existe, todo ano a gente reformula, adequada e é uma programação de um curso de pós-graduação como qualquer outro nesse aspecto que tem toda a programação didática e também prática. Então o aluno entra ele sabe tudo que vai fazer no 1º ano, tudo que ele vai fazer no 2º ano e no 3º, está tudo documentado”. (CRM)

Na estruturação da Residência Pedagógica em Educação Física foi possível perceber que as atividades são decorrentes das reuniões semanais realizadas com os residentes e seus preceptores, discutindo e resolvendo os problemas encontrados na escola, não havendo uma estruturação normativa de conteúdos e ações.

“Fazemos reuniões aqui com os preceptores e com o grupo, é onde eles vão discutir, onde a gente vai planejar, onde a gente vai reestruturar, e pensar na ação, isso é importante porque não é que a ação acontece depois a gente pensa, não é concomitante, então a gente tem um processo contínuo, então o problema não aconteceu de indisciplina e como vai resolver, está acontecendo, como eu já levo as possibilidades que o próximo encontro, então é um suporte rápido, de discussão e busca de possíveis soluções no campo teórico”. (CRP)

Observa-se que essa relação teórico-prática, na fala da CRP em Educação Física tem uma sequência e um acompanhamento das turmas durante todo o processo da residência, porém, os editais pertinentes a RP não especificam os conteúdos a serem abordados, visando promover a adequação dos currículos e das propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica apenas vinculados às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Já isso não ocorre na RM, pois, como é coordenada pela COREME, esta tem todas as especificidades em editais disponibilizados pela mesma, sua inserção e seu acompanhamento e supervisão.

Na análise foi possível perceber nas falas dos coordenadores da área de Educação Física quando perguntado sobre o que é necessário para inserir a Residência Pedagógica nas instituições de ensino, que a relação do professor da escola para com a residência é ponto determinante para o bom andamento do programa.

“[...] então é eu só posso falar pontos positivos, porque a escola está acolhendo, desde o início acolheu demais, os professores estão extremamente engajados com o campo da educação física escolar, são 3 preceptores que tem envolvimento, e que fazem um processo contínuo de formação e capacitação e que na verdade, estão agora complementando já uma parceria, então eu tenho. Eu acho que isso é essencial, que os professores que estão na educação básica tenham esse acesso com os professores do ensino superior, porque aí a formação é significativa pra todos” (CRP).

“[...] outra coisa é professores envolvidos com essa prática, porque as vezes a instituição tem o programa mas não tem o professor pra fazer esse acompanhamento e aí o professor fica sem saber como trabalhar, sem saber como acompanhar, muitas vezes não consegue escolas também que estejam abertas a isso, então eu vejo que pra que o programa aconteça com sucesso tem que ter essa comunicação [...]”. (CEF)

Visto que o professor/preceptor tem como algumas de suas reponsabilidades, acompanhar e orientar as atividades do residente na escola-campo, zelando pelo cumprimento do plano de atividade, como também auxiliar o docente orientador na orientação do residente quanto à elaboração do seu plano de atividade tendo ele função de acompanhamento do residente, esse profissional ao lado do professor orientador da instituição de ensino superior são os grandes responsáveis pela condução dos residentes para com a formação docente nesse programa.

Esse é o ponto chave de mudança entre o modelo de estágio supervisionado das licenciaturas para um modelo de residência. Segundo Nóvoa (2019), contrariamente aos médicos, e a outros profissionais, os jovens professores são deixados à sua sorte nas escolas, com pouco ou nenhum apoio, lutando sozinhos pela sua sobrevivência. O autor é enfático ao se posicionar sobre um programa de residência pedagógica na formação de professores como uma etapa de transição. Os programas de residência docente, baseados numa analogia com a residência médica, são da maior importância, desde que concebidos como um espaço de transição entre a formação e a profissão (NÓVOA, 2019, p.9).

O universo que cerca a atuação docente apresenta uma realidade ampla aos quais apenas a formação universitária não pode contemplar em sua totalidade. Segundo Flores (2019), para se refletir acerca do agir da prática docente é preciso, a priori, romper com os estereótipos e paradigmas que fragmentam e compartimentam o processo educativo. E é com a aproximação entre universidade e escola que tais possibilidades se tornam reais.

A compreensão da importância da “corresponsabilização” na integração de novos e futuros professores, também deve ser papel da escola segundo Nóvoa (2019). Missão essa que, segundo ao autor, deve ser dada aos melhores professores concomitantemente a uma maior valorização da carreira.

CONCLUSÃO

A Residência Pedagógica é um programa relativamente novo, que está sendo implantada em cursos de licenciatura desde 2018, como ação integrada a Política Nacional de Formação de Professores, e tem como inspiração a Residência Médica, caracterizada como uma forma já consolidada de qualificação profissional.

A realidade dos programas em uma mesma universidade pública mostra que há diferenças significativas entre as duas propostas. O modelo proposto para a formação de professores, apesar de considerar o ambiente de trabalho como ambiente de formação e levar etimologicamente a uma referência ao modelo médico de residência apresenta distanciamento em relação à residência médica especialmente ao observar a etapa de formação envolvida, as cargas horárias, as remunerações, os objetivos em cada campo profissional, bem como o planejamento e as ações de coordenação por órgãos de controle.

Entende-se, portanto, que a Residência Pedagógica apesar de ser distinta do modelo médico que a inspirou avança e assume uma nova perspectiva positiva de formação em relação ao tradicional estágio curricular. Contudo, necessita se consolidar no espaço da escola pública como um mecanismo definitivamente potencializador e facilitador do avanço da educação brasileira. O papel da universidade é essencial para o estreitamento dos laços entre o ensino superior e o contexto de formação de professores com foco direto na atuação prática em ambiente de trabalho, ou seja, o chão da sala de aula.

Assim, o presente estudo suscita o debate acerca dos novos caminhos para a formação de professores, porém apresenta limitações relacionadas ao pequeno locus estudado bem como a incapacidade de generalização dos resultados. Destarte, indica-se a possibilidade de novas pesquisas que abordem o RP de maneira mais ampla e que apresentem um panorama global dos efetivos resultados do programa.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOTTI, S. H. O.; REGO, S. T. A. Docente-clínico: o complexo papel do preceptor na residência médica. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 11, p. 65-85, 2011.
- BOTTI, S. H. O.; REGO, S. T. A. Processo ensino-aprendizagem na residência médica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 1, n. 34, p. 132-40, 2010.
- BRASIL. Comissão Nacional de Residência Médica. **Resolução N.º 05/1979**. Publicado no DOU de 25/08/1979. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 de setembro de 1979. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/CNRM0579.pdf>>. Acessado em: 20 de agosto de 2020.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior. **Edital n.º 06/2018**. Programa de Residência Pedagógica. Governo Federal, BRASILIA, 2018. Disponível em: <http://cfdp.ufcg.edu.br/portal/images/contendo/PROGRAMA_RESIDENCIA_PEDAGOGICA/DOCUMENTOS_E_PUBLICACOES/01032018-Edital-6-2018-Residencia-pedagogica.pdf>. Acessado em: 18 de setembro de 2019.
- CNRM. Conselho Nacional de Residência Médica. **Resolução n.º 2/2013**, de 03 de julho de 2013. Diário Oficial da União, Maringá, 2013. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BzbRXW4obOzEZnQyNjkzSGE1Vzg/view>>. Acessado em: 08 de agosto de 2020.
- COREME. Comissão de Residência Médica. **Lei n.º 6.932/1981**, de 7 de julho de 1981. Diário Oficial da União, Brasília, 7 de julho de 1981, seção 1. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6932-7-julho-1981-357276-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado em: 20 de agosto de 2020.
- FARIA, J. B.; DINIZ-PEREIRA, J. E. Residência pedagógica: afinal, o que é isso? **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 28, n. 68, p. 333-56, 2019.
- FLORES, P. P.; SILVA CARAÇATO, Y. M.; ANVERSA, A. L. B.; SOLERA, B.; DA COSTA, L. C. A.; DE OLIVEIRA, A. A. B.; DE SOUZA, V. D. F. M. Formação inicial de professores de educação física: um olhar para o estágio curricular supervisionado. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 17, n. 1, p. 61-8, 2019.
- FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/contendo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acessado em: 28 de agosto de 2020.
- FREITAS, M.; FREITAS, B.; ALMEIDA, D. Residência pedagógica e sua contribuição na formação docente. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2020.
- GARCÍA, C. M. A formação de professores: centro de atenção e pedra-de-toque. In: NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1997. p. 53-76.
- GOES, P. B.; PILATTI, L. A. Formação profissional e competências: elementos para uma reflexão andragógica. **Revista Eletrônica FAFIT/FACIC**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 15-34, 2012.
- HORII, C. L. Um estudo da residência médica para a formação continuada de professores. 2013. 114f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- MICHAEL, J. L. M.; NUNES, M. P. T. Residência médica no Brasil. **Cadernos ABEM**, v. 7, p. 7-12, 2011. Disponível em: <https://website.abem-educmed.org.br/wp-content/uploads/2019/09/CadernosABEM_Vol07.pdf>. Acessado em: 26 de fevereiro de 2019.
- NÓVOA, A. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 1-15, 2019.
- OLIVEIRA, T. M. V. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. **Administração On Line**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 1-10, 2001.
- PIMENTA, S. G. Formação de professores - saberes da docência e Identidade do professor. **Nuances**, Presidente Prudente, v. 3, n. 3, p. 5-14, 1997.
- POLADIAN, M. L. P. Estudo sobre o programa de residência pedagógica da UNIFESP: uma aproximação entre universidade e escola na formação de professores. 2014. 130f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- SILVA, D. F.; QUEIROGA, M. R. Vamos falar sobre ciência: aproximação da ciência na prática do profissional de educação física na residência multiprofissional. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 18, n. 3, p. 133-8, 2020.
- SILVA, K. A. C. P. da; CRUZ, S. P. A residência pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistências. **Momento - Diálogos em Educação**, Rio Grande, v. 27, n. 2, p. 227-47, 2018.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais** - a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- UEM. Universidade Estadual de Maringá. Resolução n.º 08/2012 - CEP. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B7y-HpBgIMCma2VWTktKdkt-TcHc/edit>>. Acessado em: 08 de agosto de 2019.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem aos coordenadores de curso de graduação e de residência de Medicina e Educação Física que participaram desse estudo

CONFLITO DE INTERESSE

Os autores do estudo declaram não haver conflito de interesses.

FINANCIAMENTO

Este estudo não contou com apoio financeiro.

ORCID E E-MAIL DOS AUTORES

Eduard Angelo Bendrath (Autor Correspondente)

ORCID: 0000-0003-2980-4961.

E-mail: bendrath@gmail.com

Jaqueline Rocha dos Reis

ORCID: 0000-0002-5018-1431.

E-mail: jaquelinerocha56@outlook.com